



Anos 90

ISSN: 0104-236X

ISSN: 1983-201X

Universidade Federal do Rio Grande Sul, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Martinez, Cláudia Eliane P. Marques; Visalli, Angelita Marques
Entre a sala de aula e o gabinete do museu: as primeiras coleções do Museu Histórico de Londrina/PR na gestão do Padre e Professor Carlos Weiss (1970-1976)¹
Anos 90, vol. 25, núm. 48, 2018, pp. 241-273
Universidade Federal do Rio Grande Sul, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.82363>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069051010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

UNEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Entre a sala de aula e o gabinete do museu: as primeiras coleções do Museu Histórico de Londrina/PR na gestão do Padre e Professor Carlos Weiss (1970-1976)¹

Cláudia Eliane P. Marques Martinez*

Angelita Marques Visalli**

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a (con)formação das primeiras coleções no Museu Histórico de Londrina (MHL). Parte-se do pressuposto de que a experiência pessoal e acadêmica do então primeiro diretor, Pe. Carlos Weiss (1970-1976) – Professor de História Antiga e Medieval da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina – determinou na escolha e ênfase dadas aos acervos arqueológicos e etnográficos. Para tanto, foram analisados o Primeiro Livro de Registro do Museu (PLR), outros documentos institucionais e depoimentos de funcionárias. Apresenta-se aqui uma análise que ultrapassa a perspectiva local, pois a experiência da constituição das primeiras coleções dialoga com uma conjuntura regional e nacional num processo dinâmico e contínuo. O resultado da pesquisa deixou transparecer não só a forte predominância de objetos arqueológicos e etnográficos – cerca de 40% – nos anos iniciais da

* Professora do Departamento de História, do Programa de Mestrado em História Social e da Especialização em “Patrimônio e História” da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. E-mail: cepmarques@uol.com.br, <https://orcid.org/0000-0002-3540-6460>

** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora no Departamento de História, Coordenadora do Ledi (Laboratório de Estudos dos Domínios da Imagem), Coordenadora do Curso de Especialização em Religião e Religiosidades da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: visalli@sercomtel.com.br, <https://orcid.org/0000-0001-7406-5980>

formação do MHL, como, também, a presença de artefatos provenientes de várias partes do Brasil e do mundo. Essa identidade se dá na experiência do professor/diretor e da rede de conhecimento que se configurou em seu entorno, o que se percebe na mudança de perfil das coleções até o limite da indiferença frente aos objetos etnoarqueológicos nas gestões posteriores.

Palavras-chave: Coleção. Arqueologia. Artefatos. Redes de conhecimento. Museu Histórico de Londrina.

Introdução

Das primeiras iniciativas de preservação do patrimônio, no início do século XX, ao amplo processo de patrimonialização na sociedade contemporânea, o pensamento e as práticas patrimoniais passaram por profundas modificações (POULOT, 2013). Ao longo desses quase cem anos, as concepções, os procedimentos de salvaguarda, os instrumentos de proteção, as formas de reconhecimento e legitimação social do patrimônio foram (re)inventados para dar conta da complexidade assumida pela sociedade brasileira, especialmente do processo de democratização dos direitos culturais (SANTOS, 2006).

Exemplos desse processo são: as mudanças das políticas de proteção, as ações que envolvem o tombamento dos bens materiais e o registro dos bens imateriais; a ampliação das fronteiras do patrimônio para além dos bens seculares e as clássicas “cidades históricas”; a trajetória dos órgãos responsáveis pela política de preservação e memória (em particular, o processo de estadualização e municipalização das políticas públicas para a área). Devem-se acrescentar, ainda, o papel e a proliferação de instituições de memória, como os museus e os arquivos – espaços a partir dos quais é possível compreender criticamente os pressupostos que orientaram (e orientam) a formação de coleções e a guarda de acervos museológicos (LIMA; CARVALHO, 2005).

Na condição de “lugares de memória” por excelência, os Museus seguem, há séculos, costurando os fios da história que abarcam o patrimônio em suas várias dimensões materiais e imateriais (NORA,

1993). Por intermédio desse cenário multifacetado e dinâmico, buscou-se analisar um período pouco contemplado na história do Museu Histórico de Londrina (MHL). Referimo-nos aos momentos iniciais da concepção dessa instituição museal, fundada em 18 de setembro de 1970.² Naquela época, o MHL, denominado “Museu Geográfico e Histórico do Norte do Paraná”, encontrava-se sediado nos porões do Grupo Escolar Hugo Simas. Também nesse colégio eram ministrados, no período noturno, os cursos da antiga Faculdade Estadual de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Londrina.³

O presente artigo pretende compreender, portanto, o processo de constituição das primeiras coleções no Museu Histórico de Londrina. Centramos nossa observação nas iniciativas de seu primeiro diretor, Pe. Carlos Weiss (1970 a 1976)⁴, na medida em que acreditamos que este determinou a escolha e prioridade dada a alguns objetos e artefatos específicos. Seu histórico familiar, a formação acadêmica e sua inserção na universidade, assim como sua receptividade à dinâmica das pesquisas arqueológicas no Paraná, são aspectos importantes a serem aqui considerados.

Desse modo, compreendemos a experiência do Pe. Weiss em consonância com a conjuntura local e nacional relativa à constituição das primeiras coleções, sem deixar de reconhecer suas singularidades. Não avaliamos a questão observada unicamente como um microcosmo da situação museológica no Brasil. Vale aqui considerar as experiências de Pe. Weiss não apenas numa perspectiva local, ou microrregional que confirme a regra, mas o fato de que tais experiências constituem parte de um processo dinâmico e em permanente construção.

Essa perspectiva de análise tem sido desenvolvida principalmente por estudiosos que se dedicam à Biografia no campo da História (BOURDIEU, 2002; GINZBURG, 1987; LEVI, 2000). Embora não seja a intenção deste trabalho traçar um estudo biográfico de Pe. Weiss, os aportes teóricos permitem nuançar questões relativas à situação museológica local e nacional e o interesse simultâneo pela arqueologia indígena e “clássica”.

Cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é própria, absolutamente singular. O comportamento de um ator social não poderia simplesmente depender da obediência mecânica a um sistema de normas. Para compreendê-lo, é preciso levar em conta sua posição particular no interior de uma rede social. Analisar relações sociais – marcadas, sempre, por relações de poder – é analisar a interação entre pessoas, o modo como agem, as decisões tomadas (ou forçadas a tomar) e como elaboram essas experiências (SOUZA, 2007, p. 33).

Para averiguar a problemática levantada, elegemos como fonte de estudo o Primeiro Livro de Registro (PLR) – também conhecido por Primeiro Livro Tombo – do Museu Histórico de Londrina. No sentido de complementar as informações trazidas pelo PLR, consideramos entrevistar as duas primeiras museólogas do Museu, bem como incorporar uma série de documentos concernentes ao professor, diretor e padre aqui em destaque. Essa documentação possibilita perceber não só aspectos referentes ao indivíduo, mas também ao intelectual que sistematiza e publiciza uma coleção a partir de uma rede de conhecimento e poder ligados à museologia e à arqueologia.

Portanto, voltemo-nos para alguns pontos que dizem respeito à vida e à experiência acadêmica do primeiro gestor.

O Professor e o Museu

Uma primeira observação a ser feita sobre a relação entre Carlos Weiss e a Instituição é a de que seu nome é atribuído ao Museu: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss. Essa homenagem foi instituída pelo Conselho Universitário, dois anos após o seu falecimento, em 1978. Isso explica o destaque ao papel central que Weiss adquiriu no momento inicial da formação do MHL. Segundo Olympio Westphalen, em 1980:

[...] Pe. Weiss batalhou para a criação do Museu, ainda na Faculdade de Filosofia, contando com amplo apoio de seu Departamento de História, alcançando sucesso no seu objetivo, graças à compreensão e discernimento de seu Diretor, Prof. Iran Martin Sanches. Criado oficialmente o Museu em 1970, o Padre Carlos Weiss, *já com bastante experiência adquirida em estudos e vivência na Europa, foi designado para seu Diretor*, cargo que ocupou até seu falecimento (1976). (Boletim Museu Histórico Pe. Carlos Weiss, 1980, p. 5, grifo nosso).

A atuação de Weiss na criação e direção não anula, certamente, a participação de tantas outras pessoas que contribuíram para a constituição do museu em seus anos iniciais.⁵ Muitos foram os atores participantes dessa empreitada, como funcionários e professores da Faculdade de Filosofia, professores e estudantes dos cursos de História e Geografia, além, é claro, de membros da comunidade em geral.⁶ Entretanto, entende-se que a sua experiência – como o primeiro gestor, professor do Departamento de História e mediador das doações de objetos que compuseram parte significativa das coleções – foi fundamental, mais que isso, foi decisiva na escolha e prioridade dada a determinados objetos e artefatos. Daí a importância e o relevo concedidos aqui aos aspectos e meandros da sua vida pessoal e profissional.

Alguns episódios da trajetória dessa personagem oferecem pistas, vestígios de uma biografia quase obscura. Avesso a fotografias e conversas íntimas, conforme relatado por seus contemporâneos (funcionários que com ele conviveram durante muitos anos), pouco se sabe sobre sua vida pessoal, além daquelas informações publicadas no primeiro Boletim do Museu, citado anteriormente. Homem extremamente reservado, segundo a funcionária que mais contato estabelecia com ele no espaço do Museu, a museóloga Marina Zuleika Scalassara, Pe. Weiss, como era normalmente denominado, pouco conversava.⁷

Segundo o curriculum vitae, localizado no MHL, e o Registro da Folha Funcional⁸, consultado no setor de Recursos Humanos da

Universidade Estadual de Londrina, Weiss nasceu em 15 de fevereiro de 1910, na cidade de Colônia, Alemanha. Entre 1929 a 1935 matriculou-se na Faculdade de Teologia Católica da Universidade de Bonn, onde frequentou aulas de filosofia, história e teologia, adquirindo, nesse mesmo período, conhecimento de latim, grego e hebraico. Nas palavras de Weiss:

Terminados os estudos universitários ingressei no Seminário Maior da Arquidiocese de Colônia, que frequentei por mais um semestre, continuei os estudos por mais outro semestre na Faculdade de Teologia de Salzburgo, Áustria, e vim como candidato de Teologia para o Brasil, onde ingressei no serviço da Diocese de Teresina, Piauí. Fui ordenado sacerdote em 1939 nesta mesma diocese [...]. (Curriculum Vitae, MHL, 1956).

Posteriormente, trabalhou em diversas paróquias de São Paulo, até chegar a Londrina, nos anos 1950, para dirigir o Ginásio Diocesano “Nossa Senhora de Fátima”. Em 1958, foi nomeado professor das disciplinas de História Antiga e Medieval, na antiga Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.

Marina Zuleika Scalassara, já citada, secretária e, depois, museóloga da instituição, e Maria Darci Moura Lombardi, aluna de Weiss e posteriormente museóloga do MHL, forneceram dados relevantes em duas entrevistas concedidas para esta pesquisa e, também, em depoimentos dados a Edson José Holtz Leme em outro momento. Uma dessas informações é de que o seu pai era “conservador” de museu em Colônia. O futuro diretor cresceu, portanto, em meio a artefatos e objetos museais:⁹

[...] como ele era alemão e filho de diretor de Museu ele dizia que um Museu tinha que ser grande e falar a história do povo. E a gente perguntava: E que povo? Povo do entorno do Museu no caso é o povo da cidade. Como ele tinha dificuldade em falar em fundador. Ele falava: ‘O povo que começou a cidade, este povo tem que ser lembrado’. Ele

falava: ‘Quem que fez buraco? Quem construiu?’ [...] *Olha ele nunca comentou com a gente de ter feito estágio mas o que ele falava para a gente, como ele foi criado dentro de um Museu vendo o pai trabalhar. Tanto que tem uma pecinha que ele trouxe do Museu que o pai trabalhava que ele se interessava, passou a se interessar pela parte de Museu por ele ver o pai trabalhando, guardando aquelas coisas, aqueles objetos, ele passou a se interessar aonde ele ia atrás e ia atrás in loco, no caso dele ele foi mais na área dos antigos não é! Da História Antiga, ele ia para o Egito, para Babilônia, ia para Roma, pesquisar as coisas in loco* (LOMBARDI, 2011, grifo nosso).

Portanto, Weiss viveu 29 anos no velho continente, antes de partir para o Brasil, em 1939, o que lhe permitiu, segundo Westphalen, adquirir “[...] bastante experiência por meio de estudos e vivências em cidades europeias” (Boletim Museu Histórico Pe. Carlos Weiss, 1980, p. 5).

O interesse por História Antiga e Medieval teria contribuído para a ênfase dada às coleções de arqueologia e etnografia do MHL? É uma hipótese que deve ser aventada, diante da perspectiva sobre o conhecimento da História comum aos estudiosos da área no período. É importante ressaltar que, apesar da renovação historiográfica em meados do século passado, a partir do continente europeu, quando novos objetos e abordagens, além da ênfase na interdisciplinaridade, tomaram vulto, no Brasil da década de 1970, era generalizada uma perspectiva de história centrada na sucessão dos acontecimentos, numa intenção de sua revelação, para o que os vestígios arqueológicos poderiam contribuir. Padre Weiss, nesse contexto, era um estudioso preocupado “com as origens”, fosse em relação aos conteúdos ministrados em sua disciplina, fosse em relação à organização do Museu.

No entanto, não se deve desconsiderar que, até a década de 1970, os museus regionais concentravam em suas coleções um rol variadíssimo de objetos; estes iam da História e da Geografia até as Ciências Naturais; o MHL não constituiu uma exceção. Outro fato

digno de nota é que o interesse por objetos arqueológicos, como veremos, encontrou ressonância na dinâmica da pesquisa arqueológica no Paraná, no período. As relações pessoais e profissionais amalgamaram-se e favoreceram a proximidade entre intelectuais interessados na arqueologia.

Diante desses vários aspectos, o MHL angariou um acervo significativo de artefatos arqueológicos e etnográficos – acervo esse formado, em boa parte, na gestão do padre alemão. Porém, essas coleções, riquíssimas em informações e possibilidades para pesquisa, continuam praticamente desconhecidas ou pouco estudadas.¹⁰

Depois da morte de Weiss, em 1976, a “política de aquisição” e formação do acervo assumiu contornos distintos. Nos anos 1990, o MHL chegou a “descartar” alguns artefatos, provenientes da aquisição pelo primeiro diretor, que em suas viagens trazia diversas peças, ou de doação (peças de cestaria, ferramentas etc). Enfim, objetos que deixaram de interessar à política que envolveu a reorganização do Museu entre os anos 1996 e 2000, quando, a partir do projeto “Memória Viva”, a instituição adota a figura do “pioneiro” e da atuação da Companhia de Terras, da prosperidade e riqueza econômica advinda do trabalho.

O apagamento da importância da presença indígena no MHL se dá, assim, pelo descarte, pela narrativa expográfica adotada, que privilegia a história da região a partir da compra das terras pela Companhia Norte do Paraná e pela recusa de recebimento de acervo arqueológico. Quanto a essa última atitude, lembremos do depoimento ao pesquisador Edson José Holtz Leme, da museóloga consultora no processo de revitalização do museu, Maria Cristina de Oliveira Bruno. Na antessala “Prefácio” da história de Londrina, no espaço da exposição histórica constituída então, apresenta algumas peças arqueológicas que apontam para a presença indígena. “Uma vitória, fruto de um embate pessoal entre ela e os profissionais do Museu” (LIMA, 2016, p. 19), mas, de todo modo, a presença indígena é identificada a um passado mais longínquo.¹¹ Essa afirmação de interesse sobre um determinado período e perfil torna-se evidente frente à recusa da direção em receber objetos indígenas do Norte do Paraná.

Em entrevista concedida a Leme, em 2013, a antropóloga Kimiye Tommasino relatou um episódio que ilustra bem o desinteresse da instituição, na década de 1990, pelas questões indígenas. Naquele momento, Kimiye procurou a diretora, Conceição Aparecida Duarte Geraldo, para oferecer ao MHL objetos e artefatos provenientes da pesquisa interdisciplinar realizada entre Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá a respeito das comunidades indígenas na Bacia do Tibagi. A resposta da direção do MHL à antropóloga revela o total desinteresse por esse tipo de acervo e objetos, como se denota da própria fala da antropóloga:

Tínhamos interesse em organizar essa sala com o material que estávamos coletando em campo nas áreas de Etno-arqueologia, Etnologia e Etno-história e eu, sendo da UEL fui encarregada de falar com a nova diretora, a Professora Conceição. Disse-lhe que éramos um grupo que pesquisava os índios na bacia do Tibagi e gostaríamos de contribuir na organização dessa sala – que sabíamos estar recém-desocupada – sobre os índios no norte do Paraná. A reunião deve ter durado menos de 5 minutos: a diretora disse-me que o Museu não tinha interesse. Acabou-se a reunião. (LEME, 2013, p. 233)

Outra circunstância que vem somar-se a essa postura de rejeição ao acervo etnoarqueológico foi o destino de uma peça com características de uma múmia recebida pelo Museu, mas não incorporada ao Livro de Registro. A ausência de registro justificou-se pela tentativa de devolução da peça ao país de origem, este também desconhecido.¹² A indecisão e a falta de informação redundaram na permanência da múmia na instituição até o período da revitalização (1996-2000), quando desapareceu. Assim como surgiu, enigmáticamente, desapareceu sem registro e a história que merecia. A mudança de tônica nesse período de revitalização aparece bem demarcada na configuração da missão do Museu pela primeira vez: “Desenvolver ações de resgate, preservação e divulgação do patrimônio cultural de Londrina e região”.¹³

Ainda em relação ao destino de acervo arqueológico, recentemente foram “repatriados” para o MHL artefatos provenientes do Sambaqui da Ilha das Cobras (PR), que estavam em poder do Museu de Geologia da Universidade Estadual de Londrina. O retorno do material ao Museu Histórico de Londrina ocorreu no segundo semestre de 2016 e foi intermediado pela arqueóloga Leilane Patrícia de Lima.¹⁴

A partir dessas questões, uma pergunta deve ser feita: como e por que os artefatos originários de um sambaqui se encontravam em poder do Museu Histórico de Londrina, local afastado a quilômetros do mar?

No referido Livro de Registro do MHL, consta que as ossadas provenientes do sambaqui citado acima foram “[...] enviadas pelo professor Wilson Rauth,¹⁵ da Faculdade de Filosofia de Paranaguá, para o professor Mário Borges Maciel, da cadeira de Antropologia Cultural da Faculdade de Filosofia em Londrina e por este cedidos ao Museu Histórico-Geográfico com reserva de domínio para sua cadeira” (Primeiro Livro de Registro, Acervo documental do MHL). Cabe observar que tais artefatos arqueológicos, 37 peças, foram recebidos em 1969 e registrados pelo Pe. Weiss em 1º de junho de 1970, data que antecede a criação oficial do MHL.

Não sabemos exatamente a partir de que negociações as peças arqueológicas chegaram ao Museu. Uma possibilidade bastante plausível é que estas tenham sido trazidas por Rauth na ocasião em que ministrou o curso de extensão “Introdução à Arqueologia”, em março de 1968, promovido pelo *Centro de Estudos Históricos Romário Martins*, grupo do Departamento de História. O curso contou com mais de 200 participantes dos cursos de História e Geografia.¹⁶

Mistério resolvido, cabe agora reconhecer que a doação do material arqueológico ao MHL na década de 1970, a “concessão” do mesmo material ao Museu de Geologia da Universidade Estadual de Londrina, nos anos 1990, e seu retorno ao MHL, na atualidade (2016), é simbólica e emblemática. A circulação do material aponta, entre várias questões, para aspectos da “política de aquisição” do MHL e para a (con)formação de suas coleções ao longo das décadas citadas.

Ainda mediante informações coletadas no PLR, descobrimos que, além do conjunto de crânios e esqueletos proveniente do Sambaqui da Ilha das Cobras, o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá teria doado outros objetos derivados dos Sambaquis do Gomes, do R. São João e do Pablo Maurício.

Segundo descrição constante da ficha de registro elaborada pelo próprio Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, um dos crânios identificados no Sambaqui da Ilha das Cobras pertenceria a “[...] um indivíduo jovem de aproximadamente 19 anos”. Tais fichas de identificação/registro acompanhavam, também, as peças provenientes dos demais sambaquis, já mencionados aqui.

Continuando a análise dos demais itens listados no Primeiro Livro de Registro do MHL, é possível observar a preocupação da instituição em angariar artefatos de caráter arqueológico e etnográfico encontrados nas fazendas e demais localidades da região norte do Paraná. Além das “viagens de estudo ao Exterior”, Weiss também percorria outras partes do Brasil, com a intenção de coletar e levar para o Museu objetos de natureza diversa, como: o “vaso de pedrasabão com tampa adquirido em Ouro Preto (MG)”, “dois potes de cerâmica e a cabeça de um cachimbo de barro provenientes da Bahia” (Primeiro Livro de Registro, Acervo Documental do MHL, p. 4).

Ofícios, Declarações e Certificados relativos ao período em que Weiss era professor da Universidade Estadual de Londrina e, depois, diretor do MHL ajudam a esclarecer, no entanto, alguns pontos dessa história. Em um desses documentos relata-se que “o professor ausentar-se-á por motivo de viagem de estudo ao exterior” (Acervo Documental do MHL, 1971). Apesar da Folha de Registro Funcional mencionar uma única licença de seis meses sem vencimentos, as funcionárias destacaram as constantes viagens e ausências do Padre Weiss. Segundo Lombardi: “eram seis meses de aula com ele e seis meses ele ia para o Egito, para Roma, para estudar e vir passar para os alunos. Ele só dava aula um semestre. Um ano ele dava no começo, outro ele dava no fim. Todo ano” (LOMBARDI, 2011).

Encontramos outros importantes indícios das viagens. Trata-se da coleção composta por imagens de 72 cartões-postais doada

por Rosa da Cruz Rodrigues, irmã do motorista do Padre Carlos Weiss. As imagens panorâmicas remetem a cidades, igrejas, praças localizadas em lugares e países como Alemanha, Áustria, Itália, Grécia, Espanha e estados brasileiros como São Paulo e Minas Gerais. Tais viagens proporcionavam, além de conhecimentos, contatos e relações com centros de pesquisa.

Tudo indica que Pe. Carlos Weiss buscava aprofundamento dos conhecimentos específicos da área de atuação na Universidade, conforme atesta o documento:

[...] *solicitou licença por um ano para se especializar na disciplina de História Antiga e Medieval em Centros da Europa, conforme Ofício Nº. 200/62 de 27 de novembro de 1962.* Ao retornar à Londrina assumiu as atividades na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina ministrando aulas da disciplina acima mencionada. A partir do ano letivo de 1963 com o desmembramento da disciplina História Antiga e Medieval, o professor passou a lecionar somente a disciplina de História Antiga, continuando a integrar o corpo docente (Acervo Documental do MHL, grifo nosso).

Os documentos aqui em análise deixam transparecer a preocupação, ou melhor, a necessidade de se justificar perante seus superiores e membros do Departamento de História. No entanto, os meios utilizados pelo padre e diretor nem sempre surtiam o efeito desejado, como demonstra uma sanção por ele sofrida. A Portaria nº 1.941/73, assinada pelo Reitor Ascêncio Garcia Lopes, declarava perda do mandato de representante de Departamento no Colegiado dos Cursos de Administração de Empresas e Biblioteconomia, “[...] por ausências não justificadas a três reuniões sucessivas desse órgão” (Acervo Documental do MHL, 1973).

Por outro lado, as fontes analisadas indicam que o diretor e os professores da UEL envolvidos nas atividades do Museu estabeleciam relações e trocas de objetos (e ideias?) com outras instituições museais. O rol de artefatos enviados pelo professor José Wilson Rauth, da Faculdade de Filosofia de Paranaguá, ao professor Mário

Borges Maciel, da cadeira de Antropologia Cultural da Faculdade de Filosofia em Londrina, comprova o “trânsito” entre as instituições mencionadas. Essa rede tem especial importância para entendermos a presença do acervo arqueológico. Segundo Leilane Patrícia de Lima, Weiss era um dos três docentes que atribuía importância aos estudos arqueológicos em suas disciplinas:

[...] três professores tinham interesse bastante particular no ensino acadêmico de Arqueologia em Londrina. Foram eles: Yoshiya Nakagawara, do Departamento de Geografia, Padre Carlos Weiss, do Departamento de História e Mário Borges Maciel, de ambos os departamentos. Cabe dizer que a primeira lecionou a disciplina de Geografia Humana, o segundo, História Antiga e o terceiro, Antropologia Cultural. Os diários de classe destes dois últimos professores permitiram verificar que as pesquisas arqueológicas nas sociedades clássicas era tema de aula e de conferência proferida pelo professor Padre Carlos Weiss [...] (LIMA, 2016, p. 21).

Analisando as concepções de Lygia Martins Costa¹⁷ no que se refere à museologia no Brasil, percebe-se que a criação do MHL (1970) e a formação de suas coleções e acervos estavam em conformidade com a realidade brasileira no que tange aos museus. Essa sintonia pode ser confirmada por meio das análises contidas na vasta produção da referida autora sobre os museus brasileiros ao longo do século XX. Os textos de Costa selecionados para este artigo foram publicados no início da década de 1970 e enfocam, respectivamente, a criação dos museus regionais (1971) e o “estado da arte” da museologia no Brasil (1972).

A museóloga salienta o significado dos museus locais, pois “nem todo patrimônio nascido de uma região tem qualificação dessa *amplitude*” (COSTA, p. 28, grifo nosso). O que ela estaria chamando de amplitude? Seria, para a autora, o “caráter nacional” conferido a poucos museus brasileiros? Os exemplos extraídos do texto da pesquisadora possibilitam problematizar a questão anteriormente formulada:

Pelo conteúdo tanto histórico quanto artístico, os conjuntos formados em Minas (*Museu da Inconfidência - 1938 e o Museu do Ouro - 1945*) e no Rio Grande (*Museu das Missões - 1940*) ultrapassam as balizas de expressão local para atingirem simultaneamente um *significado nacional*. É que (tais museus) traduzem aspectos dos ciclos *socioeconômicos e circunstâncias políticas que o país em sua pluralidade cultural viveu*. Portanto, de implicação bem mais abrangente que a região que lhes deu origem. O IPHAN intencionalmente manteve no próprio meio os frutos ali gerados. Um jeito de despertar as comunidades para um orgulho da obra de seus ancestrais; como uma tomada de consciência do que foram e do que contribuíram para a formação e fisionomia nacionais (COSTA, 2002, p. 27-28, grifo nosso).

Alguns pontos ficam evidentes no trecho selecionado. A preocupação em definir a identidade nacional por intermédio dos museus é uma delas. Outra questão importante é que o entendimento da História passava, sobretudo, pelo viés econômico. Talvez por isso Costa utilize, a fim de justificar e classificar os museus em “nacionais” ou “regionais”, os chamados “ciclos econômicos” (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro etc.). Desconfiamos que por trás dessas categorizações estejam subjacentes interesses políticos, econômicos e geográficos; afinal, priorizavam-se determinadas localidades em detrimento de outras.

Exemplos dessas seleções e classificações ficam evidentes quando a estudiosa discorre sobre a quantidade, a distribuição geográfica, as áreas de maior concentração e o tipo de coleção privilegiada pelos museus brasileiros, em especial os de caráter regional:

Quanto à sua distribuição geográfica, eles (os museus) existem em todos os estados, principalmente em São Paulo, na Guanabara, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, na Bahia e em Pernambuco, e estão localizados em numerosos municípios, que, por razões diferenciadas, tomaram a iniciativa de sua criação. [...] *De um modo geral as coleções regionais são ecléticas, nas quais a documentação histórico-artística*

local se confunde com o folclore, a etnografia indígena, arqueologia e coletânea de ciências naturais. Mas isso não se dá nos grandes museus (COSTA, 2002, p. 41, grifo nosso).

Vejamos agora o que se discutia, no âmbito nacional, no momento da criação do MHL. Em abril de 1970, a cidade de Brasília sediou o *Primeiro Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representações de Instituições Culturais* (CURY, 2004, p. 137). O evento, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, pretendia, sobretudo, implementar medidas de proteção e salvaguarda referentes ao patrimônio histórico e artístico nacional. O encontro ficou conhecido como “Compromisso de Brasília” e, dos vários pontos que compõem o documento, o item 9 é enfático quanto à necessidade de preservação do passado como ferramenta fundamental para a formação e a construção da identidade nacional:

Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível fundamental, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe no curso de Arquitetura, com a disciplina de Arquitetura no Brasil), a introdução, no currículo das escolas de Arte, da disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, a de Estudos Brasileiros, parte destes consagrados aos bens culturais ligados à tradição nacional (CURY, 2004, p. 138, grifo nosso).

Entre outras proposições, o documento chamava a atenção para a necessidade “[...] de cada estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades

e à DPHAN, para que assim particip[asse] diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado, que é raiz do que somos – e seremos” (CURY, 2004, p. 141). Recomendava-se, ainda, que os museus regionais deveriam “documen[tar] a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição” (CURY, 2004, p. 139). Não vamos nos ater às suas várias determinações, mas enfatizar que as ideias contidas nas Cartas Patrimoniais dialogam com as ações e os discursos propostos para a criação do MHL, bem como seus contextos e realidades convergentes.

Voltando à discussão que envolve diretamente as coleções do MHL, observa-se que, além das peças arqueológicas e etnográficas recebidas por meio de doação e/ou compra, são numerosos os objetos trazidos pelos estudantes dos cursos de História e Geografia, grande parte deles alunos de Weiss:

Foram doados para a sessão arqueológica deste Museu diversos objetos achados ocasionalmente por moradores desta Região Norte do Paraná em suas lavouras e trazidos por diversos estudantes: 14 machados de pedra, 49 potes de barro grande, 57 tigelas de barro, 13 pedras polidas. (PLR)

A implicação dos universitários na recolha de objetos para o Museu, segundo Zuleika Marina Scalassara, deu-se através da consideração dos mesmos no processo de avaliação. Estes recebiam “nota” em função dos itens trazidos para o Museu. Importante sublinhar que, de forma in(consciente), a disponibilização dos objetos ao MHL estava em consonância com a Lei de Arqueologia, promulgada em 1961. O artigo 17 estabelecia que

[...] a descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico ou numismático deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *ou aos órgãos oficiais autorizados* [neste caso, o Museu Histórico de Londrina], pelo autor do

achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido (BRASIL, 1961, grifo e acréscimo nosso)¹⁸.

Assim, a incidência de alunos de procedência japonesa e a identificação do geral dos alunos com as atividades agrícolas ajuda-nos a entender o recebimento de artefatos relativos à cultura nipônica e vestígios arqueológicos encontrados acidentalmente no trato com a terra: “foram encontrados em Assaí por lavradores e doados pelos senhores Shiro Suzuki: 9 vasos de cerâmica, 4 machados de pedra, 1 pote de barro grande, 1 vaso de cerâmica” (Primeiro Livro de Registro, Acervo Documental do MHL).

Depara-se, também, no Primeiro Livro de Registro, com a seguinte informação: “Foram doados ao Museu pelo Sr. Baltazar José Costa um ouriço, uma preguiça e uma queixada, animais empalhados por ele mesmo” (Primeiro Livro de Registro, 1971, verso da p. 8). A lista é vastíssima! Ao lado de animais taxidermizados, fósseis, machados de pedra e artefatos indígenas encontravam-se almofarizes, pilões, máquinas de moer e de escrever, ferros de passar roupas, telefones, sapatos, bruacas, chaleiras, panelas, bules etc.

Um olhar lançado às coleções e às exposições realizadas nos primórdios do MHL – localizado no porão do Colégio Hugo Simas – poderia nos reportar aos antigos Gabinetes de Curiosidades (POSSAS, 2005). Essa associação direta e sem mediações, entretanto, não só seria equivocada, mas também ocultaria toda a complexidade e dinâmica desse processo como se poderá denotar, com mais clareza, no item que se segue.

De bules japoneses e colheres de pau a uma “cabeça de índio”: as primeiras coleções do Museu Histórico de Londrina

O Primeiro Livro de Registro fornece pistas e vestígios que ajudam, por um lado, a (des)montar um quebra-cabeças no que diz respeito à formação das primeiras coleções do MHL; por outro,

suscita questões e problemas ainda incógnitos. Primeiramente, deve-se esclarecer que o PLR, aqui em análise, corresponde, na verdade, a um Caderno contendo 100 páginas pautadas e envolto em uma capa dura de cor alaranjada. Escrito a quatro mãos, pelo diretor e sua secretária Marina Zuleika Scalassara, apresenta um sumário sobre o qual vamos nos reportar posteriormente.

Interessante observar as sistemáticas adotadas na elaboração desse documento, o que nos faz perceber duas fases na composição do livro: uma primeira entre 01/06/1970 e 06/08/1973, que utiliza uma tipologia mais simplificada, e outra, entre 06/08/1973 e 22/01/1980, que apresenta uma complexidade que veremos no decorrer do artigo.

Na primeira fase, observa-se um modo de classificação do acervo com a identificação das iniciais Arq, H, G, Ai/H, HG, S, L, as quais acreditamos corresponder a Arqueologia, História, Arqueologia indígena, História-Geografia Física, Saúde e Livros. Nota-se uma maior incidência da letra H, correspondente à categoria História, em relação às demais. Os objetos são identificados, então, com uma numeração sequencial. Ainda nessa mesma data (06/08/1973), inicia-se um outro modo de catalogação, a segunda fase, com uma tipologia mais específica, que nos parece corresponder à orientação dada no sumário do Livro de Registro: história, arqueologia, vida rural, vida urbana, artesanato brasileiro, artesanato estrangeiro, índio, numismática filatelia, documentário, geografia física, biogeografia, geografia humana, economia, armas, caça e pesca, arte, religião, saúde, educação, música-teatro.¹⁹

O que anteriormente era classificado, de forma geral, como objetos históricos (H) passou por uma orientação mais elaborada e, a partir de então, estes foram identificados com as novas rubricas. Entendemos que o sumário, portanto, foi acrescentado ao PLR a partir daquela data (06/08/1973).

Na primeira fase, Weiss lista os objetos no interior do caderno/livro por ordem cronológica de recebimento. Notamos que um conjunto de objetos doados recebia a mesma classificação independentemente das diferentes naturezas. Exemplo disso pode ser observado na doação feita pelo Sr. Kurt Jacowatz, no dia 21 de outubro de

1971, “um bule e u’a machadinha” que foram usados por ele em 1929²⁰, os quais receberam igualmente a classificação (H), sob os números 182 e 183 (PLR, Acervo Documental do MHL). Além da ordem cronológica de doações, ao lado dos objetos listados, melhor dizendo, no canto direito do Caderno, identificamos as referidas siglas indicativas da tipologia do objeto.

Outros exemplos dessa mesma categoria podem ser observados abaixo:

Foi doado um moinho de café pelo prof. Pe. Carlos Weiss em 14/04/72, registrado, fichado e numerado sob o n^o 184 (RG 30).

Foi doada uma mala (baú) pelo prof. Jorge Cerneve em 14/04/72, registrada, fichada e numerada sob o n^o 185.

Foi doado um berimbau, constando de três peças. Registrado, numerado e fichado em 14/04/72 sob o n^o 186.

Foi doada uma chaleira de ferro pelas alunas do 1^o ano normal do Instituto de Educação de Londrina, em 1971. Registrada, numerada e fichada em 14/04/72 sob o n^o 187 (Primeiro Livro de Registros).

Do mesmo modo, as doações de objetos estrangeiros, principalmente os de procedência japonesa, são várias, como os exemplos que se seguem:

H

Foram doados os objetos:

1 par de *tamancos japônês* por Aurea Keiko Yamane - 287

1 lampeão a querosene por Elisete Armeni - 288

1 lâmparina a querosene por Arminda S. Ledardi - 289

1 açucareira por Laura Bernardi - 290

1 panela tripé grande por Abigail Ferreira de Lima - 291

1 caldeirão grande de ferro por Celina M. Hiromitus - 292

1 debulhadeira de milho por M^o Darci Moura da Silva - 293

- 1 bule de louça por Hilária Sperandio - 294
 - 1 tijela de louça (retirada e substituída) por Claudete Martins - 295
 - 1 panelinha tripé por Marilda Iamezawa - 296
 - 1 *kimono infantil com pano* por Madalena Hirota - 297
 - 1 par de *chinelos japoneses* por Madalena Hirota - 298
 - 1 cortina em miniatura - por Alba Shiacó Hino - 299
 - 1 *par de meia japonesa* por Alba Shiacó Hino - 299
 - 1 fogareiro à álcool por Alba Shiacó Hino - 301
 - 1 lamparina a querosene por Claudete Martins - 302
 - 1 caneco de chops - por Carmem G. Chaparro - 303
- Registrados, fichados e numerados em 20/11/72.

Dignos de nota são também os objetos classificados por Weiss como “Artesanato Indígena”, como aqueles pertencentes ao “Índios de Tawarana, (contendo) 2 cestas de taquara e um vaso de palha de milho; fichados, numerados e registrados sob os números 72, 73 e 74. Em 15/5/72”.

Ainda no período anterior à incorporação da nova classificação, há menções duplas, como, por exemplo, H/Ai (História e Artesanato Indígena), e registros curiosos como aquele em que se menciona a devolução de 4 carroças que pertenciam ao Exército Brasileiro, as quais estavam em poder da família Garcia, conforme declara a citação abaixo:

Foram doados por Manoel Campinha Garcia Cid, em 24/05/73 os seguintes objetos, registrados, fichados e numerados:

- 1 carro de boi - n^o 488
- 4 carroças do Exército Brasileiro (foi devolvido à família Garcia em 1998) - n^o 489 a 492
- 2 vasos de cerâmica indígena (Igaçaba) n^o 94 e 95
- 1 bala de canhão - n^o 493 H

Aqui cabe uma observação que remete à formação das instituições museais brasileiras, na década de 1970. Como afirmamos anteriormente, os museus históricos acabavam constituindo acervos e coleções de caráter multifacetado e “ecletico”. A diversidade de objetos e artefatos que caracteriza o PLR é decorrente também de doações heterogêneas resultantes das coleções particulares, a exemplo de uma “cabeça de índio” que se inclui entre “Figuras em luta ‘Uca-uca’” e outros itens, como a listagem demonstra:

Foram doados por D. Margarida Kato os seguintes objetos:

- 3 fósseis de animais (g 35-36-37) 12
- 2 pedaços de coral BR - 12
- 2 pedaços de madeira petrificada (g 38-39) - 11
- 1 estojo contendo amostras de minérios - 11 ou 14
- 6 cacos de cerâmica arq 146 a 151 - 2
- 1 tigela de cerâmica - 2
- 4 cristais de rocha - 12
- 1 pedra *c/ envolucro* lítico (?) - 12
- 1 pedaço de raiz de madeira
- 8 pauzinhos de incenso chinês - 6
- 1 foice japonesa para cortar papel - 6
- 2 cuias de ?
- 1 coité - 5 3 balas de revólver
- 1 ponta de flecha arq 145 - 2
- Cabeça de índio 7/149*
- 10 máquinas fotográficas
- 4 flashes
- 28 caixas de fósforos estrangeiros doado ao Dr. Wilmo (retirado)
- 2 macinhos de cigarros doado ao Dr. Wilmo (retirado)
- 2 amostras de borracha crua 12 ou 14?
- 1 arranjo de nó *de* madeira
- Figuras em luta “Uca-uca”
- Carteirinha p/ moeda *c/* 2 fitas
- Registrados, fichados e numerados em 11/06/75.

Algumas discrepâncias são observadas na primeira fase do PLR, como, por exemplo, nessa classificação em que foi anotado o (G) da Geografia para as duas descrições abaixo citadas:

Foram colocados no Museu, sete animais empalhados da sala de Biologia. Registrados, fichados e numerados de 24 a 30, em 29/08/72.

Foi doado por Kumagai Kasukuo, um vidro contendo [...] soja pelletizada para exportação. Registrado, fichado e numerado em 29/08/72 sob o n^o 31.

Além da taxonomia, encontra-se, em quase todos os objetos listados e nomeados, a proveniência, a data em que foram doados, o nome do doador ou se foi adquirido por compra pelo próprio Museu. A descrição minuciosa dos itens sugere que era necessário ultrapassar a simples anotação. Era imprescindível, do mesmo modo, classificar, criar categorias, separar os conjuntos. Mais que isso: esperava-se que esse acervo fosse estudado, haja vista a preocupação em trocar informações e objetos com outras instituições museais.

O investimento do Departamento de História na realização de curso de extensão e a oferta de bolsas de estudos para trabalho de campo (independentemente da origem do financiamento das bolsas), dois anos antes, em 1968, são indicativos do valor atribuído ao conhecimento sobre a Arqueologia e sobre as ocupações na região do Paraná para os alunos. Do mesmo modo, nota-se que o envolvimento direto e constante dos estudantes e dos professores da Universidade nos procedimentos de coleta, catalogação e utilização do acervo em sala de aula, também são indícios de que as peças coletadas poderiam e/ou deveriam constituir-se em ferramentas fundamentais para o entendimento da Ciência - Histórica, Geográfica e Antropológica, sobretudo.

A partir da transcrição e classificação das informações contidas no PLR, foi possível confeccionar um banco de dados. Embora a metodologia de Weiss tenha sido importante para a orientação inicial, outras categorias taxonômicas foram criadas em decorrência da aparição constante de itens da mesma tipologia ou com a mesma

função. Por exemplo, a partir das dezenas de pratos, talheres, ferros de passar roupa, copos etc., criou-se a categoria “utensílios domésticos”. Um desdobramento dessa categoria é interessante e digno de nota. Observamos que pela quantidade de utensílios estrangeiros seria importante distinguir os nacionais daqueles procedentes de outras nacionalidades, como os itens “bule japonês” e “chaleira japonesa”.

Assim, o Banco de Dados confeccionado a partir do PLR conformou as seguintes categorias de análises: arqueologia; etnologia; utensílios domésticos; utensílios profissionais; mobiliário; indumentária; indumentária nacional, indumentária internacional; objetos pessoais; música; armas; arte; objetos religiosos; bandeiras; livros; fotografias; máquinas fotográficas e, por fim, outros, para objetos que não se encaixavam em nenhuma categoria, como a placa japonesa e o estandarte.

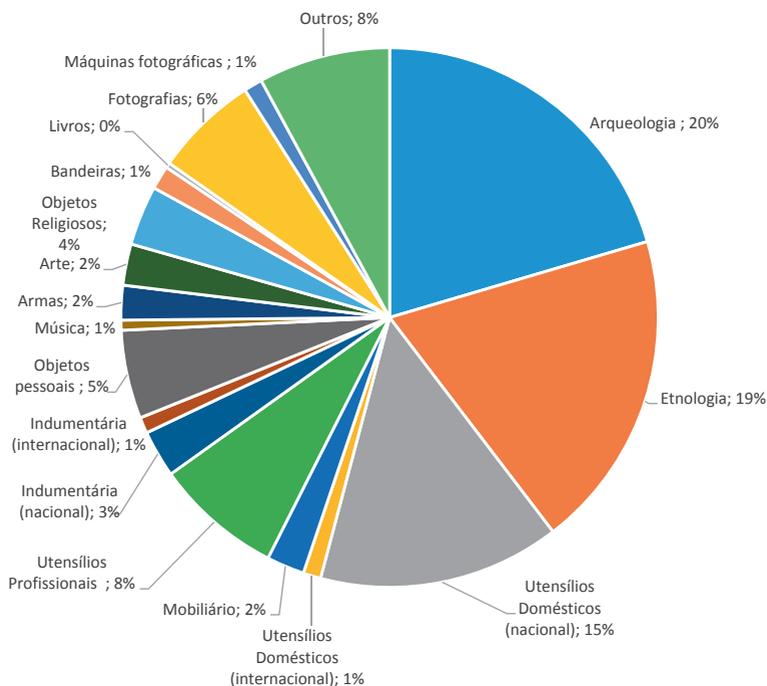
Antes de problematizarmos acerca da representatividade de determinados artefatos do acervo do MHL, vamos discutir algumas categorias, a fim de entender a conformação tipológica dos objetos ali contidos.

Na categoria “arqueologia e paleontologia”, percebe-se uma variedade de elementos, igualmente citados por Weiss, como: fósseis, animais empalhados; cerâmicas; machados de pedras, vasos zoomórficos e diferentes tipos de cristais. Em “etnologia”, identificamos os objetos que caracterizam as práticas culturais dos indígenas, como: arcos e flechas, cocares, colares, cestos, até parte do corpo humano, como aquela “cabeça de índio” doada por Margarida Kato, em 1975, já mencionada neste artigo. Referente aos itens domésticos, separamos os mesmos em “nacionais” e “internacionais”, pois, como já referido, foram notados itens do mundo doméstico provenientes de outras nacionalidades, assim como a categoria “indumentária” apresentou uma variedade de quimonos e leques japoneses.

Na categoria “utensílios profissionais”, podemos identificar distintas ocupações, são aquelas referentes ao mundo rural, indicado por objetos como carros de boi, moinhos, monjolos, arados, engenho de moer cana, máquina para moer café, rodo para terreiro de café, plantadeira manual de milho; ou ainda, aquelas relacionadas a profissões liberais e atividades comerciais, tais como: máquina

registradora, aparelho para cortar cabelo, cadeira de barbeiro, máquina calculadora, máquina de escrever, impressora manual inglesa e tesoura cirúrgica.

Gráfico 1- Tipologias de objetos do MHL (1970-1976)



Fonte: Banco de Dados - Livro de Registro do MHL, 1970/76.

Nos “objetos pessoais”, notamos a presença de cinzeiros, cigarros e relógios em abundância. Além desses itens, também foram doados ao MHL revólveres, espingardas, garruchas, compondo a categoria “armas”. Na categoria “objetos religiosos”, há uma predominância de itens católicos, como, por exemplo: terços, imagens de santos, missais, entre outros. Máquinas fotográficas e algumas fotografias da cidade de Londrina também compõem o rol de artefatos.

As informações contidas no Banco de Dados e sua sistematização e categorização nos permitiu perceber que entre 1970 – 1976, momento da gestão do Pe. Carlos Weiss, os artefatos com maior representatividade foram os itens arqueológicos e etnográficos, como se pode notar com mais clareza no Gráfico 1.²¹

A partir do gráfico, identificamos que de 1970 a 1976 o MHL adquiriu por compra ou por doações um total de 1.980 itens. Desses itens, 405 se referiam à arqueologia e à paleontologia e 379 destinavam-se aos artefatos etnográficos. Somando os dois conjuntos, temos um total de 784 itens, representando 39,5% de todo o acervo institucional. Desse total, denota-se que a arqueologia e paleontologia representaram 20,5% e a etnologia 19%.

Considerações finais

As singularidades que marcaram o movimento e a experiência de Weiss como professor e diretor do MHL não anulam, como se pôde perceber, a relevância da conjuntura local e nacional no que tange à formação das primeiras coleções. Daí a importância de se pensar o MHL em constante diálogo com outras esferas de conhecimento/poder e, principalmente, como este era parte integrante de um processo museológico dinâmico e em permanente construção.

Nesse sentido, Lygia Martins Costa (2002) foi assertiva ao dizer que uma das características dos museus regionais era, exatamente, a formação de coleções ecléticas e heterogêneas. Etnografia, arqueologia, animais taxidermizados, bules, chaleiras e, no caso do MHL, uma “cabeça de índio” e uma múmia conviveram, simultaneamente, no mesmo espaço, a despeito dos conflitos e disputas inerentes às redes de poder que, paulatinamente, iam se constituindo.

Os dados aferidos no Banco de Dados, nos depoimentos e em outros tantos documentos analisados indicaram, sobretudo, que a vida pessoal, a experiência acadêmica do primeiro gestor do MHL, bem como a conjuntura museológica – regional e nacional – e o desenvolvimento da Arqueologia no Paraná foram determinantes

na escolha e ênfase de determinados objetos e artefatos. Do mesmo modo, as fontes analisadas sugeriram uma mudança significativa de perfil do acervo, até o limite da indiferença nas gestões posteriores, no que tange às coleções arqueológicas e etnográficas.

Daniel Miller já nos alertava que “[...] coisas, veja bem, não são coisas individuais, mas todo o sistema de coisas, (e que) com sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos” (MILLER, 2013, p. 83). Nesse caso, as coisas, ou melhor dizendo, a escolha dos cacos de cerâmicas, dos ossos, dos machados de pedras, da “cabeça de índio”, dos pilões, dos bules japoneses aceitos ou “permitidos” a adentrarem as instituições acabam imprimindo sentido e significado à própria casa museal.

Do mesmo modo, objetos que não foram considerados “apropriados” ou, simplesmente, “descartados” pelos diretores, acabam nos dizendo, da mesma maneira, não só o perfil institucional almejado, mas, sobretudo, com quem a instituição quer dialogar, estabelecendo, portanto, uma dialética museológica.

Com efeito, entender, decodificar e interpretar a trama de conhecimentos, os jogos de disputas e relações de poder que envolveram a formação das coleções nos Museus – em escala micro e macro – constitui um campo de pesquisa ainda em desenvolvimento e que os historiadores devem confrontar com rigor e entusiasmo.

THE CLASSROOM AND THE MUSEUM: THE FIRST COLLECTIONS OF THE HISTORICAL MUSEUM OF LONDRINA/PR UNDER PRIEST AND PROFESSOR CARLOS WEISS'S MANAGEMENT (1970-1976)

Abstract: The aim of this article is to analyze the (con)formation of the early collections in the Historical Museum of Londrina (MHL). It is assumed that the personal and academic background of the first director, Father Carlos Weiss (1970-1976) – Professor of Ancient and Medieval History at the State College of Philosophy, Sciences, Languages and Literature of Londrina – determined the choice and emphasis given to the archeological and ethnographic collections. For that purpose, the Museum's First Register Book (PLR), other institutional documents and employees' testimonials have been analyzed. The analysis here presented goes beyond the local perspective, as the experience of setting up the

first collections converses with a regional and national context in a dynamic and continuous process. The result of the research revealed not only a strong predominance of archeological and ethnographic objects – about 40% – in the MHL early years, but also the presence of artifacts from several regions of Brazil and the world. This identity stems from the professor/director's experiences and from the knowledge acquired as a consequence. Thus, a change can be noticed in the profile of the collections, leading to indifference towards ethnoarchaeological objects in the managements that followed his.

Keywords: Collection. Archeology. Artifacts. Knowledge. Historical Museum of Londrina.

Notas

¹ Este artigo faz parte do Projeto de Pesquisa “Patrimônio Cultural e Museu: a história das coleções e do acervo do Museu Histórico de Londrina”, recentemente concluído. A pesquisa que resultou neste artigo contou com a colaboração dos alunos de graduação, da Especialização em Patrimônio e História e do Mestrado em História Social. Agradeço, especialmente, às bolsistas de iniciação científica, Fernanda Dayara Salamon, Julia Maria Gonçalves e Isadora Goulart Manganotti, a transcrição e sistematização da documentação que resultou na formação do Banco de Dados.

² Para uma história mais completa da instituição em estudo, ver a tese de doutorado de Edson José Holtz Leme (2013). Embora o trabalho tenha como foco a exposição de Longa Duração, inaugurada em 2000, o autor discorre sobre a criação do MHL, a relação deste com o Departamento de História e as relações de poder envolvidas nessa trama.

³ O MHL foi transferido para o prédio atual, a antiga Estação Ferroviária, somente em 1986, quando esta foi desativada. A edificação que abrigava a estação foi concedida, em regime de comodato, pela Prefeitura de Londrina – situação que prevalece até a atualidade. Para mais informações, consultar o trabalho de Priscila Perrud Silva, o qual analisa a ocupação, a reestruturação e a resignação da antiga Estação Ferroviária em um Museu Universitário. Já a Universidade Estadual de Londrina foi criada em 28 de janeiro de 1970. Em 1973, o Departamento de História e demais cursos ligados às Ciências Humanas, que funcionavam no Colégio Hugo Simas, foram transferidos para o campus recentemente inaugurado, conforme nos informa Joaquim Carvalho da Silva, citado na bibliografia.

⁴ Ao longo do texto, utilizamos diferentes formas de nos reportar ao professor e diretor do MHL – Pe. Carlos Weiss, Weiss e Carlos Weiss.

⁵ Para o detalhamento dessa discussão e das personagens envolvidas na constituição do MHL, ver o trabalho de Leme citado anteriormente.

⁶ Leme relata: “as festividades do Jubileu (de Prata) se encerram no ano de 1959, porém, sua repercussão, invadiu a década de 1960. Nesta década um grupo de pessoas, ligadas ao Rotary Club local, tentou criar um Museu para a cidade. Frustrada a primeira tentativa o Museu seria finalmente constituído a partir da comunidade acadêmica da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina. Além do Museu discutia-se a necessidade de reverenciar, com documentos, os principais nomes da história da cidade” (2013, p. 97).

⁷ Entrevista concedida em 6 de abril de 2018 a Angelita Marques Visalli.

⁸ Registro da Folha Funcional, Setor de Recursos Humanos, Universidade Estadual de Londrina. Consulta realizada no dia 23 de abril de 2017.

⁹ As entrevistas com as funcionárias Marina Zuleika Scalassara e Maria Darci Moura Lombardi foram realizadas pelas autoras deste artigo. Também foram utilizadas as entrevistas realizadas por Edson José Holtz Leme com as duas funcionárias citadas, e gentilmente cedidas pelo autor.

¹⁰ É preciso destacar o trabalho produzido pela antropóloga da Universidade Estadual de Londrina, Kimiye Tomasino, sobre os indígenas que ocuparam o território do atual estado do Paraná. Os estudos de Tomasino, juntamente com aqueles desenvolvidos pelos professores Lúcio Tadeu Mota e Francisco Silva Noelli (1998), ambos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), constituem referências importantes para compreender a questão indígena no Sul do Brasil. Destaque para o estudo de Maquieli Menegusso, que utiliza parcialmente o acervo arqueológico do Museu Histórico de Londrina e do Museu Histórico de Cambé. Outra importante contribuição para o conhecimento do acervo arqueológico tem sido dada pelos estudos de Leilane Patrícia de Lima, especialmente voltados para a compreensão do lugar dos vestígios de comunidades indígenas no norte do Paraná, como se pode observar nas referências bibliográficas.

¹¹ Sobre os embates entre a museóloga e os funcionários, cremos que melhor enquadramento teremos na identificação destes últimos com a direção e ASAM, Associação de Amigos do Museu.

¹² Entrevista com Maria Darci Moura Lombardi, concedida em 17 de abril de 2018. Entrevistadoras: Angelita Marques Visalli e Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez.

¹³ O texto foi elaborado pela então diretora, Conceição Aparecida Duarte Geraldo. Não datado, esse texto foi disseminado pela funcionária Rosângela Ricieri Haddad no perfil do Museu, no site, já numa gestão posterior. Anteriormente, a missão ou os objetivos do MHL haviam circulado somente no seu Boletim, publicação iniciada em julho de 1980, de circulação local, em texto elaborado pelo diretor Olympio Luiz Westphalen (segundo a mesma funcionária citada, apesar de não assinado), no qual se reforça o perfil do Museu como um órgão suplementar da Universidade (desde janeiro de 1974), constituindo-se como “um laboratório para desenvolvimento de estágios e desenvolvimento de Pesquisas de Campo para alunos de vários cursos como: História, Geografia, Estudos Sociais, Biblioteconomia e Comunicação Social, proporcionando-lhes oportunidades para levantamentos de fontes primárias e pesquisas antropológicas.” (WESTPHALEN, 1980, p. 3). Westphalen elaborou diversos textos publicados nos boletins, com o objetivo de definir as funções e atividades do MHL.

¹⁴ A atual diretora, Regina Célia Alegro, tem empreendido esforços para que outras peças retiradas do Museu voltem a compor o acervo da instituição.

¹⁵ José Wilson Rauth foi arqueólogo e professor da Faculdade de Filosofia de Paranaguá. Atuou em importantes expedições e escavações nos anos 1950 e 1960. Segundo Jandira Neto, “[...] Jose Loureiro Fernandes fundaria em 1958 no Paraná o CEPA (Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas) com o objetivo de formar pesquisadores brasileiros em arqueologia. O primeiro arqueólogo a ser convidado para dar essa formação foi o americano Wesley Hurt (Indiana University) que trouxe as premissas da metodologia americana de campo, originando o primeiro movimento com viés mais profissional na arqueologia brasileira. Foram seus alunos Wilson Rauth (PR) e Oldemar Blasi (PR). Destes, o Prof. Wilson Rauth foi o discípulo que adotou e adaptou o método para estudos em sambaquis brasileiros, enquanto o Prof. Oldemar Blasi passou a atuar no Museu Paranaense”. Disponível em: <<http://arqueologia-iab.com.br/publications/download/28>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

¹⁶ Os contatos entre os profissionais das instituições foram continuados, o que se demonstra pela participação de seis alunos (dois do curso de Geografia, quatro do curso de História) em pesquisa de campo, sob a orientação do professor Rauth, em Paranaguá, em outubro de 1969, conforme salientado por Leilane Lima (2106, p. 21).

¹⁷ Segundo informações coletadas no portal do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Lygia Martins Costa nasceu em 1914, formou-se, em 1939, no primeiro Curso de Museus no Brasil, localizado no Museu Histórico Nacional. Posteriormente, trabalhou no Museu Nacional de Belas Artes e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, participou da implantação do

Conselho Internacional de Museus (ICOM) no Brasil, em 1948, e representou o País na histórica Mesa Redonda de Santiago, realizada em 1972, que consagrou, entre outras questões, as teses da Museologia Social. Disponível em: <<https://museus.gov.br/tag/lygia-martins-costa/>>. Acesso em: 6 set. 2018.

¹⁸ Lei 3.924 de 26 de julho de 1961. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 6 set. 2018. As evidências demonstradas neste estudo apontam para uma relação entre o Museu Histórico de Londrina e o CEPA. Um estudo mais aprofundado dessa possível relação será realizado em outro estudo, em razão da necessidade de pesquisas mais aprofundadas e que neste momento não foram possíveis.

¹⁹ Não foi possível identificar o nome de uma das categorias do Sumário.

²⁰ Objetos registrados, fichados e numerados em 21/10/71, sob os números 182 e 183 no PLR.

²¹ Esperamos, em estudo posterior, desenvolver um estudo sobre o lugar do acervo arqueológico e etnográfico no conjunto das aquisições de acervo no MHL, ao longo das décadas seguintes, de modo a observar o processo de deslocamento de interesse nas gestões seguintes do MHL.

Fontes Primárias

Imagens de 72 cartões postais pertencentes a Padre Carlos Weiss, Acervo Documental do Museu Histórico de Londrina/PR.

Boletim Museu Histórico Pe. Carlos Weiss, n. 1, 1980, Acervo Documental do Museu Histórico de Londrina/PR.

Fichas avulsas de Registro de Objetos Tridimensionais (1970/80), Acervo Documental do Museu Histórico de Londrina/PR.

Ofícios e Declarações do Acervo Documental (1970/80), Acervo Documental do Museu Histórico de Londrina/PR.

Curriculum Vitae de Padre Carlos Weiss, Acervo Documental do Museu Histórico de Londrina/PR.

Primeiro Livro de Registro do Museu Histórico de Londrina (PLR-MHL), 1970-1980. Acervo Documental do Museu Histórico de Londrina/PR.

Entrevistas

LOMBARDI, Maria Darci Moura. Entrevistadoras: Angelita Marques Visalli e Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez. Entrevista concedida em 17 abr. 2018.

_____. Entrevistador: Edson José Holtz Leme. Entrevista concedida em 2011.

SCALASSARA, Marina Zuleika. Entrevistadora: Angelita Marques Visalli. Entrevista concedida em 6 abr. 2018.

Referências

ALBERTI, Verena. Obras coletivas de história oral. *Tempo*: Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 206-219, jun. 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BRASIL. Lei 3.942, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF, jul. 1961. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 6 set. 2018.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

COSTA, Lygia Martins. *De Museologia, Artes e Políticas de Patrimônio*. (Pesquisa: Clara Emília Monteiro de Barros). Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LIMA, Leilane Patrícia de. *A Arqueologia e os indígenas na escola: um estudo de caso em Londrina/PR*. Tese (Doutorado em Arqueologia)-Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. Entre sambaquis, museu e memórias: um pouco da história da Arqueologia no Paraná. *Boletim Museu Histórico de Londrina*, Londrina, v. 7, n. 14, jan/jun., 2016.

LEME, Edson José Holtz. *O teatro da memória: o Museu Histórico de Londrina, 1959-2000*. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transferência do provado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). *Museus: dos gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005.

MENEGUSSO, Maquieli Elisabete. *Da cerâmica arqueológica Itararé-Taquara à Cestaria Kaingang: um estudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar sobre a trajetória Jê no Baixo Tibaji, Paraná*. Dissertação (Mestrado em História Social)–Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 83.

MOTA, Lúcio Tadeu. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. *Antíteses*, Londrina, v. 7, p. 358, 2014.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Org.). *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang*. 1. ed. Londrina: Eduel, 2000. v. 1. 377 p.

NOELLI, Francisco Silva et al. (Org.). *Bibliografia Kaingang: referências sobre um povo Jê do Sul do Brasil*. 1. ed. Londrina: Eduel, 1998. 250 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 20, 1993.

OLIVEIRA, Josilene Aparecida. *História da Arqueologia Paranaense: um balanço da produção arqueológica no Paraná no período de 1876-2001*. Dissertação (Mestrado em História Social)–Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). *Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005.

POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos Santos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

SILVA, Priscilla Perrud. *De Estação Ferroviária a Museu histórico de Londrina: a trajetória do edifício, 1946-1986*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)-Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. *Revista da Universidade Rural: Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan/jun. 2007.

Recebido em: 28/04/2018

Aprovado em: 05/09/2018